GOVERNO / O presidente estuda redesenho ministerial com definição de pastas estratégicas e busca por governabilidade. Novo mandato petista lida com pressões de aliados e um Congresso menos dependente do Executivo

O quebra-cabeça de Lula 4

» ARMANDO HOLANDA

Ed Alves CB/DA Press



O desafio de Lula é encontrar uma composição que evite abrir novas frentes de desgaste com a base governista

A montagem do quarto governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) virou um quebra-cabeça político que vai além da escolha de nomes para a Esplanada dos Ministérios. Reeleito para mais quatro anos no Palácio do Planalto, o petista terá de conciliar as reivindicações de partidos aliados, acomodar quadros de confiança e garantir sustentação no Congresso Nacional, sem abrir mão de áreas consideradas estratégicas. Nas coxias do governo, a avaliação é de que o redesenho ministerial será um dos primeiros testes da capacidade de articulação de Lula para o mandato que começa em janeiro de 2027.

A lista de nomes ventilados reúne ministros, dirigentes partidários e parlamentares. Entre os aliados, há o entendimento de que o presidente precisará priorizar as equipes econômica e política, responsáveis por conduzir as principais negociações do próximo governo. O desafio é encontrar uma composição que sinalize os rumos do Lula 4 e, ao mesmo tempo, evite abrir novas frentes de desgaste com as legendas que integram a base governista.

No núcleo econômico, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) aparece entre os nomes discutidos para assumir o Ministério da Fazenda. Fernando Haddad, por sua vez, segue no radar para uma função estratégica na condução da política econômica. O senador eleito Camilo Santana (PT-CE) também figura nas conversas, tanto para a Fazenda quanto para a Casa Civil. Não há, contudo, definição sobre o destino de nenhum deles.

A possibilidade de remanejar parlamentares eleitos para o Executivo divide auxiliares do presidente. Lula foi aconselhado por interlocutores próximos a preservar senadores no Congresso, diante da necessidade de manter uma base capaz de sustentar votações consideradas prioritárias. Camilo é apontado como uma das poucas exceções admitidas nessa avaliação. O cálculo leva em conta o risco de enfraquecer a atuação governista no Legislativo em troca de reforçar a equipe ministerial.

Na articulação política, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) também entrou no radar das mudanças. O presidente nacional do PT, Edinho Silva, é um dos nomes ventilados para assumir a pasta, atualmente comandada por José Guimarães (PT-CE). Nesse cenário, uma das hipóteses discutidas nos bastidores seria a transferência de Guimarães para a presidência da legenda, em uma reorganização que dependeria de entendimentos internos e, sobretudo, do aval de Lula.

Há, contudo, sinais de que Edinho pode permanecer no comando partidário. Segundo auxiliares do dirigente ouvidos pelo **Correio**, Lula lhe atribuiu novas missões relacionadas à organização do PT, gesto interpretado por interlocutores como um indicativo de que o presidente pretende mantê-lo à frente da sigla. Pesa nessa avaliação o fato de Edinho ter iniciado seu mandato em 25 de agosto, há menos de três meses. Uma eventual saída precoce exigiria uma nova acomodação interna justamente quando o partido se prepara para sustentar o quarto governo petista.

A ex-ministra Marina Silva, por outro lado, desponta como uma das apostas mais consistentes entre aliados para retornar ao Ministério do Meio Ambiente. Sua participação na COP31, na Turquia, ao lado do presidente, reforçou sua presença nas discussões sobre a agenda ambiental do próximo mandato. Simone Tebet também aparece entre aqueles considerados para permanecer na estrutura ministerial, enquanto Gleisi Hoffmann integra as conversas sobre a composição política do governo.

Entre os nomes que também passaram pelo radar presidencial está o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), lembrado para a Fazenda. Ele, Camilo Santana e o senador eleito Rui Costa (PT-BA) foram chamados por Lula para discutir o desenho administrativo do próximo governo. Os três participaram da coordenação da campanha no segundo turno e receberam a missão de avaliar possíveis mudanças na estrutura federal.

A negociação não se restringe ao PT. Dirigentes do PSD, do Republicanos e outras legendas do Centrão também estão no horizonte das conversas. Lula pretende ouvir os presidentes das siglas para discutir a participação no Executivo e a formação de uma base parlamentar. O cálculo envolve não apenas o tamanho das bancadas, mas a capacidade de cada partido entregar votos nas matérias de interesse do Planalto.

O peso do Congresso

Para o cientista político Elton Gomes, a principal dificuldade de Lula não será apenas acomodar os interesses dos aliados, mas transformar a distribuição de cargos em apoio efetivo no Legislativo. O especialista observa que o avanço das emendas parlamentares obrigatórias reduziu a dependência dos congressistas em relação ao Executivo e, consequentemente, o poder de negociação do presidente.

Segundo Gomes, a mudança ganhou força com as emendas constitucionais de 2015 e 2019, que ampliaram a autonomia orçamentária do Congresso. Antes, a liberação de recursos era um instrumento central para atrair parlamentares à base governista. Agora, o acesso direto a parcelas do orçamento diminui o peso político de uma indicação ministerial. "Lula vai oferecer muitos cargos, verbas, vai oferecer muitas posições no Estado, mas o poder de atração que isso tinha antes era muito maior do que tem agora", avaliou.

O especialista acrescenta que as divergências internas da esquerda, especialmente em torno do ajuste fiscal, podem ampliar as dificuldades do presidente. A disputa por ministérios tende a acirrar essas tensões justamente quando Lula precisa construir consensos para iniciar o novo mandato. "Essa disputa por espaços continua existindo, ela tende a gerar tensões, os aliados todos querem a máxima vantagem necessária", observou Gomes.

» Éden reage a especulações

Na comunicação, o secretário nacional do PT, Éden Valadares, reagiu à circulação de seu nome para assumir a Secom. Ao **Correio**, negou qualquer sondagem, inclusive por parte do senador Jaques Wagner (PT-BA). "Essa coisa de ver o nome especulado pela imprensa, eu não sei se nasce de quem quer ajudar ou atrapalhar, se é coisa de fã ou hater. Quem falou sobre o assunto esqueceu de tratar comigo ou com o presidente Lula", afirmou. Valadares também fez questão de delimitar o alcance das articulações. "Aliás, nessas horas não vale o que as pessoas falam para o presidente e sim o que o presidente fala para as pessoas, pois cabe única e exclusivamente a ele a montagem do governo", frisou. O dirigente disse estar concentrado na comunicação partidária e resumiu o incômodo: "Se queriam ajudar, erraram. Se queriam atrapalhar, erraram também".

Reunião com Alcolumbre

Carlos Moura/Agência Senado



Influência do presidente do Senado vira moeda de troca com Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve se reunir com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para discutir a composição ministerial do quarto mandato e a indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo interlocutores do parlamentar, ouvidos reservadamente pelo **Correio Braziliense**, a intenção é aproveitar o encontro para negociar espaços de peso na Esplanada dos Ministérios, em troca de apoio à governabilidade do petista no Congresso Nacional e à recondução de Alcolumbre ao comando da Casa Alta.

Nas coxias, a avaliação é de que o senador pretende usar a influência que exerce sobre os pares para ampliar sua participação na estrutura do Executivo. O cálculo passa pela necessidade de Lula consolidar uma base parlamentar capaz de assegurar a aprovação de matérias prioritárias no início da nova gestão. A disputa pela presidência do Senado, prevista para fevereiro de 2027, também entra nessa conta, sobretudo diante das movimentações da oposição para apresentar uma candidatura competitiva.

Outro ponto sensível da conversa será a indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre mantém a preferência por Rodrigo Pacheco, ex-presidente do Senado, e, segundo aliados, não pretende abrir mão facilmente da indicação. Há quem avalie, inclusive, que o parlamentar poderá condicionar um eventual recuo na disputa pelo Supremo à abertura de outros espaços estratégicos no governo.

Uma das hipóteses ventiladas nos bastidores envolve a indicação de Simone Tebet para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU). A articulação, ainda tratada no campo das possibilidades, permitiria acomodar interesses políticos em torno da escolha para o STF e da composição do próximo governo. Não há, contudo, confirmação de que a alternativa tenha sido formalmente apresentada ao Palácio do Planalto.

Cálculo político

Conforme antecipou o **Correio** na última semana, Lula já avaliava uma conversa com Alcolumbre para medir a receptividade ao nome que pretende indicar ao Supremo, além de discutir o trâmite e as condições políticas para a aprovação. A escolha precisa passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e receber o aval de pelo menos 41 dos 81 senadores em votação no plenário.

> **Ninguém vai indicar ninguém pela imprensa. Eu não tenho pressa"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**, presidente da República*

O movimento ocorre em meio às negociações para a montagem do Lula 4. Auxiliares do presidente avaliam que a distribuição de ministérios deverá levar em consideração não apenas o peso das legendas na Câmara, mas também a capacidade de interlocução no Senado. Nesse cenário, Alcolumbre desponta como peça importante para a construção de uma maioria que dê sustentação ao petista nos próximos quatro anos.

Para Lula, o desafio será acomodar os interesses do presidente do Senado sem comprometer a autonomia na escolha dos futuros ministros e do indicado à Suprema Corte. Na quinta-feira, o chefe do Executivo deu um recado aos aliados que tentam antecipar a distribuição de cargos. "Ninguém vai indicar ninguém pela imprensa. Eu não tenho pressa", afirmou, ao reforçar que as decisões serão tomadas no momento que considerar oportuno. (**AH**)

